



FL·UC/1911·2011

BIBLOS

REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

JOÃO COUVANEIRO

Doutorando na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

CEM ANOS DA FACULDADE DE LETRAS EM LISBOA*

Resumo

Criada em 1911, a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa foi herdeira do Curso Superior de Letras (1861-1911), que foi o primeiro, e durante a sua existência, o único estabelecimento português consagrado, de forma específica, ao ensino superior autónomo das humanidades e das ciências sociais. No trabalho que apresento procuro sistematizar a evolução da configuração institucional; das características da comunidade académica e das tendências curriculares, dedicando particular atenção aos processos de autonomização disciplinar.

Palavras-Chave: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Ensino, Humanidades e Ciências Sociais.

Abstract

Founded in 1911, the Faculty of Arts and Humanities at the University of Lisbon was the successor to the Higher School of Letters (Curso Superior de Letras – 1861-1911), the first and, until then, only Portuguese establishment specifically devoted to the autonomous higher study of the Social Sciences and the Humanities. This article aims to systematize the evolution of its institutional structure, the characteristics of its academic community and its curricula trends, focusing particularly on the autonomization of academic areas.

Keywords: Faculty of Arts and Humanities at the University of Lisbon, Education, Humanities, Social Sciences.

* A montante da elaboração deste texto está um capítulo para a obra colectiva *A Universidade de Lisboa da Revolução Liberal à actualidade* que por, apertada necessidade de síntese, obrigou a deixar de fora muita da pesquisa realizada.

Assinalando-se em 2011 o centenário das Faculdades de Letras das Universidades de Lisboa e Coimbra, as páginas que se seguem procurarão ser um contributo para a história da instituição radicada na capital, evitando resvalar para elogios celebrativos, exaltações contemplativas ou o embevecimento pela venerável certidão de idade.

A produção legislativa, visando a instituição, regulação ou funcionamento de uma escola, encerra uma concepção de Homem, um conjunto de princípios éticos e filosóficos, que se destinam, de forma mais ou menos consciente, à criação ou manutenção de uma determinada ordem social. As mudanças estruturais ocorridas em Portugal por ocasião da Implantação da República, tiveram reflexos evidentes no sistema de ensino. Procurando contribuir para a formação de cidadãos que participassem activamente na construção e consolidação do regime republicano, uma catadupa legislativa reformou o panorama universitário português. O Governo Provisório, presidido por Teófilo Braga, a 22 de Março de 1911 instituiu as Universidades de Lisboa e Porto. A 19 de Abril foram promulgadas as bases da Constituição Universitária. Pouco depois, a 9 de Maio, consumou-se a criação das Faculdades de Letras de Lisboa e Coimbra¹.

A escola fundada na capital foi herdeira do Curso Superior de Letras, funcionando nas suas instalações e absorvendo o seu corpo docente. Nas opções curriculares, foi dada continuidade arquétipo seguido nesse estabelecimento, mantendo-se a tradicional topografia dos saberes das Humanidades, à qual se associavam áreas disciplinares como a Pedagogia ou a Psicologia, que se tinham já começado a autonomizar. Outras ciências sociais emergentes, como a Sociologia ou a Etnografia, ficaram de fora.

¹ Os objectivos prescritos eram “o aperfeiçoamento e a expansão da alta cultura, [...] das ciências filosóficas, filológicas, históricas e geográficas, e a preparação científica para o exercício das profissões que exigem o conhecimento daquelas ciências” - República Portuguesa. Ministério do Interior. Direcção Geral de Instrução Secundária, Superior e Especial, *Planos de Estudos das Faculdades de Letras das Universidades de Coimbra e Lisboa. Decreto, com força de Lei, de 9 de Maio de 1911 (Diário do Governo n.º 109, 11 de Maio de 1911)*, Lisboa, 1911, p. 3.

A denominação escolhida para a Faculdade constituiu um programa e uma opção epistemológica, ao situar-se num campo de reflexão e trabalho que se centra nos textos e seus enigmas². A conservadora designação “de Letras”, mantinha o nome que a tradição consagrara. Com a criação da Faculdade foram constituídos seis grupos disciplinares: Filologia Clássica; Filologia Românica; Filologia Germânica; História; Geografia e Filosofia. Instituídas foram também cinco secções (ou planos de formação) correspondendo cada uma a um grupo disciplinar, com excepção para a de Ciências Histórico-geográficas, que condensava estes dois grupos. Muitas cadeiras eram partilhadas por diferentes secções, sendo as de História as que se distribuíam em maior profusão, numa concepção onde a chamada “cultura geral” prevalecia sobre a especialização.

Após um debate alargado, em 1918, foi reformada a Faculdade. As modestas consequências da iniciativa podem resumir-se a algumas alterações nos planos de estudo, com reforço da feição historizante, aumento do número de cadeiras e promulgação de exames de licenciatura.

Uma nova alteração surgiu em 1926. Nessa ocasião, reconfigurando-se os planos de estudos, mantinha-se a secção de Ciências Histórico-geográficas, desaparecia a de Filosofia, criando-se a de Ciências Histórico-filosóficas. Esta fusão constituiu uma novidade mais aparente do que real, visto que a amálgama disciplinar e o peso significativo das cadeiras de História na formação em Filosofia era a tendência verificada desde 1911.³

A reforma datada de 1930 apresentou como grande novidade a extinção da secção de Ciências Histórico-geográficas, realidade que contribuiu para que a Geografia se constituísse pela primeira vez como

² Textos onde, como afirmou João Almeida Flor, se reconhecem “metáforas de representação, metonímica e simbólica, veículos de comunicação interactiva, texturas de antiquíssima memória, monumentos-documentos de fruição e partilha, paisagens culturais escritas ou rasuradas no ambiente físico e humano que desbravámos, em busca da sua própria legibilidade” - “A intervenção das Letras”, MIRA MATEUS, Maria Helena, RIBEIRO DOS SANTOS, Leonel e LEAL FARIA, Luísa (coord. de), *A Faculdade de Letras em debate. Assembleia Magna dos Docentes* Lisboa, 1999, pp. 7-10.

³ GAMA CAEIRO, F. da, “Da Filosofia na Faculdade de Letras de Lisboa”, *Revista da Faculdade de Letras*, número especial (extra-série), Lisboa, 1983, p. 20.

área de formação autónoma, no âmbito do ensino superior em Portugal.⁴ Num período em que a tradição, a autoridade e a ordem se confundiam, este instrumento normativo teve uma assinalável longevidade, vigorando por 27 anos.

Com a pretensão de produzir um aprofundamento do ensino ministrado, foi promulgada uma nova reforma em 1957. As significativas alterações verificadas passaram pela autonomização da História e da Filosofia, que se constituíram como secções independentes; pelo prolongamento dos planos de formação, que deixaram de ser quadriennais para passarem a ser quinquenais e pela abolição dos exames de licenciatura, que foram substituídos por teses, elaboradas sob a orientação dos professores, em seminários anuais.⁵

Foi sob o signo da expansão do ensino secundário, ante a necessidade de se habilitar rapidamente um grande número de professores para esse nível de instrução, que em 1968 se reformou novamente a Faculdade. Para tal deslocaram-se algumas cadeiras que se encontravam repartidas, tendo sido agrupadas sob a designação de nucleares e concentradas nos três primeiros anos dos cursos, após a realização das quais seria conferido o grau de bacharel. Todavia, manteve-se, ainda, a tradicional licenciatura que implicava a frequência adicional de dois anos.⁶

⁴ Em 1929 havia sido elaborada uma reforma que não chegou a ser implementada em virtude da demissão do Governo liderado por Vicente de Freitas (a 4 de Julho 1929). Ocupando a pasta da Instrução Pública entre 8 de Julho e 11 de Setembro de 1929, Silva Teles, professor de Geografia da Faculdade de Letras, promulgou a 5 de Setembro o Decreto que a suspendeu. A reforma de 1930 foi promulgada a 25 de Fevereiro, vindo a ser regulamentada apenas a 4 de Fevereiro de 1932. O Ministro da Instrução Pública responsável foi Gustavo Cordeiro Ramos, também ele professor da Faculdade, que teve responsabilidades governativas entre 10 de Novembro de 1928 e 8 de Julho de 1929 voltando a desempenhar o cargo entre 21 de Janeiro de 1930 e 24 de Julho de 1933.

⁵ [S.N.], “Vida da Faculdade. Novo Edifício”, *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 3, 3ª série, Lisboa, 1959, p. 212.

⁶ Reforma promulgada pelo Decreto n.º 48627, de 12 de Outubro de 1968. Como se afirmaria no preâmbulo da reforma posterior (consagrada pelo decreto 53/78), o bacharelato surgiu “como instrumento de emergência para a produção maciça (e barata)” de agentes de ensino “sacrificando-se, conscientemente, a qualidade da aprendizagem à quantidade dos diplomas”. Relativamente a esta reforma V. OLIVEIRA BARATA, João de, “Problemas concretos resultantes da Reforma”, *Tempo. Jornal Universitário de Informação*, n.º 17, Novembro de 1968, p. 8.

A Faculdade começou por ser um espaço de formação cultural e científica, pautado pela liberdade na distribuição das disciplinas, a ausência de precedências e o carácter facultativo das aulas teóricas. As reformas realizadas no decurso da Ditadura Militar e do Estado Novo, dando resposta a necessidades de ordem prática e opções políticas, foram marcadas por outros objectivos, como a preparação de uma quantidade crescente de funcionários; o controle e conformação do ensino de acordo com as orientações ideológicas ou a redução do grau de autonomia.⁷

Logo após a revolução de 1974, verificaram-se várias transformações visando a modernização pedagógica, científica e administrativa da Faculdade. Se algumas das medidas foram tomadas pelos órgãos em exercício, outras foram deliberadas à margem das estruturas tutelares, em plenários de alunos e professores, de representatividade e legitimidade dúbias. Nessas ocasiões verificaram-se saneamentos e recrutamentos, adoptou-se um novo sistema de avaliação, organizaram-se novos *curricula*, criaram-se departamentos, apoiou-se o surgimento de extensões universitárias em diversas cidades, instituíram-se aulas nocturnas, elaboraram-se normas para a eleição de direcções colegiais e paritárias e instituiu-se a Assembleia Geral de Escola como órgão soberano da Faculdade.⁸

MORAIS BARBOSA, João, “Uma *Reforma* à espera de reforma”, *Tempo. Jornal Universitário de Informação*, n.º 17, Novembro de 1968, p. 8.

⁷ Cf. AVELÃS NUNES, João Paulo, *A História Económica e Social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 1911-1974*, Lisboa, 1995, pp. 89-90.

⁸ Medidas enquadradas por uma legislação, também ela improvisada, que tudo parecia permitir. O Decreto-Lei n.º 221/74, de 27 de Maio. A este recurso legislativo veio sobrepor-se o Decreto-Lei n.º 806/74, de 31 de Dezembro que foi revogado pelo artigo 63º do Decreto-Lei n.º 781-A/76, de 28 de Outubro, no qual se reconhecia que a tentativa de instauração de uma gestão democrática nos estabelecimentos de ensino superior, “não conseguiu, na prática, concretizar os seus objectivos. As suas disposições foram formuladas de modo demasiado genérico. Deram cobertura legal à demagogia e à supremacia de minorias activistas, que, pela manipulação e pela coacção, conseguiram um efectivo domínio de grande parte das escolas superiores, com prejuízo da eficaz administração e gestão financeira, do pluralismo ideológico inerente à escola democrática, da qualidade de ensino”. A propósito destes processos e suas consequências V. Conselho Directivo, “Relatório do Conselho Directivo (Fevereiro de 1976 a Fevereiro de 1977)”, *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 1, 4ª série, Lisboa, 1976-1977, pp. 665-669.

Incorporando e ratificando algumas das alterações decididas no período anterior, mas revertendo excessos, que resultaram de decisões nem sempre convenientemente reflectidas, em 1978 foram promulgados novos planos de estudos, extintos os bacharelatos e suprimidos o quinto ano e a tese. O encurtamento da licenciatura para quatro anos criou uma situação de compromisso entre os dois planos anteriormente existentes.⁹ Mais tarde, a criação dos mestrados, foi sentida como uma medida de reforço da qualidade da formação, ante a percepção de que as licenciaturas se haviam transformado numa espécie de “bacharelato alargado”¹⁰.

Em 1980 procedeu-se à departamentalização do ensino superior português, como forma de descentralização, que visava colocar meios de decisão mais próximos das pessoas e dos problemas. Sem afectar a unidade das escolas, garantida pelos órgãos de gestão, a quem caberia uniformizar critérios pedagógicos e científicos, pretendia-se que cada departamento constituísse uma unidade orgânica permanente, que reunisse as dimensões humanas e materiais adequadas ao ensino e à investigação, no âmbito específico da sua área de saber.¹¹

⁹ República Portuguesa. Ministério da Educação, Decreto 53/78, de 31 de Maio, *Legislação do Ensino Superior. 1979*, OLIVEIRA, Cristóvão de e LEITE, Florêncio (compil.), Lisboa, 1989, pp. 483-517. Sobre as alterações introduzidas V. PEREIRA, Arnaldo António, “Algumas notas sobre a reestruturação das Faculdades de Letras”, *A Universidade Portuguesa em debate. Seminário sobre problemas do Ensino Superior*, Lisboa, 1980, p. 95.

¹⁰ Portaria nº728/81, de 27 de Agosto. Com uma grande adesão, suscitada em parte pelas exigências de acesso ou progressão na carreira, no ano lectivo de 1984-1985 o número de mestrados ascendia aos 150. [S.N.], “Cursos de mestrado”, *Revista da Faculdade de Letras*, número especial (extra-série), Lisboa, 1983, p. 181. [S.N.], “Ano Académico de 1984/1985”, *Revista da Faculdade de Letras*, nº 4, 5ª série, Lisboa, Dezembro de 1985, p. 147. Na opinião de Maria Vitalina de Matos esta formação não deveria ser monográfica, mas deveria permitir uma perspectiva panorâmica e interdisciplinar do conhecimento. Criticando os cursos de mestrado realizados, afirmou que nem sempre terão correspondido às expectativas. Designando como *fraudes e macaqueações* as aulas em que os conteúdos eram apresentados pelos alunos ou em que estes eram forçados a *ingurgitar um volume excessivo de teorias, que não poderiam assimilar e que, por vezes, nem os próprios professores dominavam suficientemente*. - Cf. “A interdisciplinaridade...”, *Revista da Faculdade de Letras*, nº 2, 5ª série, Lisboa, Dezembro de 1984, pp. 154-155.

¹¹ O Decreto-Lei 66/80, de 9 de Abril, era caracterizado pela flexibilidade, permitindo a cada escola organizar-se em sintonia com as suas exigências específicas. Não obstante era definida uma estrutura orgânica básica que tinham

Investigação e ensino

A obsolescência do saber e a aparente possibilidade do progresso contínuo da ciência, transformou a investigação numa condição necessária à sobrevivência da Universidade contemporânea. Essa percepção generalizou-se, no decurso do século XX, redefinindo as relações entre o ensino e a produção científica, considerando-se que estas deveriam ser mantidas como funções inseparáveis, com o intuito de se reforçarem mutuamente.

A formação de investigadores foi uma vocação frequentemente assumida pela Faculdade. Uma mais ampla concretização desse desígnio, foi limitada pela perenidade de alguns obstáculos. Os mesmos que estorvaram o cabal cumprimento de outros objectivos como a falta de verbas; a indisponibilidade de instalações, a carência de recursos humanos e as resistências da tradição.

No decurso da Primeira República, foram recorrentes as iniciativas com vista a transformar os estabelecimentos de ensino superior em centros activos de investigação. Reclamava-se uma maior ligação entre a formação e o mundo laboral, rompendo com a alegada incomunicabilidade dos domínios da teoria com os da prática. Mas, nesse período, as intenções generosas e o voluntarismo excederam largamente as realizações.¹²

Em pleno Estado Novo, no exercício das funções de Director da Faculdade, João da Silva Correia defendeu que a vocação do ensino superior não era oferecer uma visão panorâmica das matérias, mas criar investigadores. Criticava, por isso, o facto dos *curricula* se encontrarem cheios de cadeiras preparatórias ou iniciantes, que funcionariam como

como órgãos de gestão: o Conselho de Departamento (órgão colegial composto membros permanentes e não permanentes, sendo os primeiros os docentes e investigadores doutorados e titulares de lugares definitivos, e os segundos, em número inferior a um terço face aos precedentes, representantes eleitos dos docentes e investigadores não doutorados) e a Comissão executiva (composta pelo Professor Catedrático ou Associado eleito para presidir o Conselho de Departamento e por dois outros membros, por este designados).

¹² MARTINS, Maria João, “António Nóvoa. Uma herança cidadã”, *Jornal de Letras. JL Educação*, Nº 1651, Ano XXX, 12 a 25 de Janeiro de 2011, pp. 1-4.

“peso morto” em relação à desejada especialização.¹³ Duas décadas mais tarde, no exercício das mesmas funções, Délio Nobre Santos definia de forma tríplice a missão da Faculdade: “transmitir um saber actualizado; fazer investigação e contribuir para o progresso científico; despertar uma poderosa e firme consciência nacional.”¹⁴

Na década de Oitenta foi vulgar considerar-se que a missão do ensino universitário passaria essencialmente pela transmissão de metodologias de investigação, que contribuíssem para formar alunos capazes de se adaptarem a novas realidades e paradigmas.¹⁵

Para auxiliar os estudos filosóficos e pedagógicos, o Decreto que em 1911 fundou a Faculdade determinava a criação de um Laboratório de Psicologia Experimental. Prescrevia também a criação de um Instituto de Estudos Geográficos. Os reduzidos recursos financeiros e a inexistência de espaços, levaram a que só em 1930 o Laboratório se concretizasse.¹⁶ Para a Geografia só no início da década de quarenta

¹³ V. “Ensaio e notas. A reforma da Universidade”, *Revista da Faculdade de Letras*, tomo IV, Lisboa, 1937, p. 253.

¹⁴ [S.N.], “Vida da Faculdade. Novo Edifício”, *Revista da Faculdade de Letras*, nº 3, 3ª série, Lisboa, 1959, p. 214.

¹⁵ PIRES, M. Lucília, et. al., “A Faculdade de Letras e a formação de professores”, *Revista da Faculdade de Letras*, nº 5, 5ª série, Lisboa, Abril de 1986, p. 147. AMARAL, Ilídio do, “Que Faculdade? Que Universidade?”, *Revista da Faculdade de Letras*, nº 2, 5ª série, Lisboa, Dezembro de 1984, p. 10. CERQUEIRA GONÇALVES, et. al., “A interdisciplinaridade. Mesa Redonda”, *Revista da Faculdade de Letras*, nº 2, 5ª série, Lisboa, Dezembro de 1984, p. 155.

¹⁶ Sobre a criação do laboratório V. A.H.F.L.U.L., Livro das Actas do Curso Superior de Letras - 1908/10/09 - 1916/05/06, 25 de Junho de 1914, f 59v e ss.; MATOS ROMÃO, “Alguns aspectos da evolução dos estudos filosóficos na Faculdade de Letras de Lisboa”, *Revista da Faculdade de Letras*, tomo 8, nºs 1-2, 2ª série, Lisboa, 1942, p. 59. A propósito de uma estrutura semelhante em Coimbra V. FERREIRA GOMES, Joaquim, *Estudos para a História da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1991, pp. 81-115. Em 1948, Matos Romão, Délio Santos e Moreira de Sá, foram signatários de uma proposta ao Instituto de Alta Cultura, então presidido por Cordeiro Ramos, para a criação de um Centro de Estudos de Psicologia anexo à Faculdade, iniciativa que viabilizou a criação de uma biblioteca especializada e a multiplicação dos meios de acção do laboratório. Nos anos seguintes os planos de fomento permitiram apetrechar o laboratório que em 1971 possuía já um mini-computador - Cf. MOREIRA DE SÁ, A., “Nótula sobre as dissertações de Psicologia apresentadas nos últimos 20 anos na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa”, *Revista da Faculdade de Letras*, tomo III, nº. 14, Lisboa, 1937, pp. 49-53.

veio a ser criado o Centro de Estudos, que polarizou a investigação científica e apoiou o desenvolvimento do ensino.¹⁷

Com o intuito de preparar pedagogicamente os docentes para os liceus, dando expressão a uma vocação institucional e resposta às necessidades do Estado, foi criada, em 1911, a Escola Normal Superior que ficou na dependência da Faculdade¹⁸. Esta valência foi extinta em 1930, ano em foi criada a secção de Ciências Pedagógicas.

Apesar do ensino ter sido a principal saída profissional dos graduados na Faculdade de Letras, nem sempre a sua formação parece ter sido devidamente assumida.¹⁹ Frequentes foram os lamentos que sugeriam que os diplomados preenchiam as vagas no magistério liceal sem terem recebido a necessária preparação pedagógica. Na segunda metade da década de oitenta, houve quem sugerisse que, para lá da formação inicial, a Faculdade deveria contribuir para a actualização e formação recorrente desses docentes, modelo que tardou a implementar-se.²⁰

Autonomização disciplinar

No século XIX, a designação de homem de letras, era atribuída a indivíduos que inscreviam entre suas características uma ampla erudição, possuindo conhecimento transversal que visitava numerosas áreas do saber. Verificou-se, ao longo do século XX, uma tendência para a atomização do conhecimento. O alargamento do campo de

¹⁷ AMARAL, Ilídio do, “Geógrafos e Geografia na Faculdade de Letras Lisboa”, *Revista da Faculdade de Letras*, número especial (extra-série), Lisboa, 1983, p. 72.

¹⁸ O plano curricular distribuía-se por dois anos, destinando-se o primeiro à *preparação* e o segundo à *prática pedagógica* (a matrícula pressupunha a obtenção prévia de um diploma de bacharel nas Faculdades de Letras ou Ciências).

¹⁹ Situação contrastaria com as Faculdades de Ciências e que em 1971 se haviam reformado para criarem os ramos do magistério e científico. Nas novas universidades criadas a partir de 1974-1975 surgia o modelo integrado - Minho, Aveiro, Açores e Beira Interior.

²⁰ PIRES, M. Lucília, et. al., “A Faculdade de Letras...”, p. 147. A este propósito V. MIRA MATEUS, Maria Helena, “As Faculdades de Letras e a Formação de Professores - Tópicos para um debate”, *A Universidade Portuguesa em debate. Seminário sobre problemas do Ensino Superior*, Lisboa, 1980, p. 177; AMARAL, Ilídio do, “Que Faculdade?...”, p. 10.

numerosas áreas permitiu a autonomização disciplinar, situação que tendo contribuído para um desenvolvimento parcelar, se traduziu numa fragmentação e, em muitos casos, num litígio entre especialidades com afinidades evidentes e que carecem de mútuo concurso para a construção de um conhecimento que será tanto mais aprofundado, quanto maior for o grau da sua complexidade. Hoje, a percepção de que nenhum saber se basta, está na base do paradigma epistemológico vigente. Surgem, por isso, planos de formação que apostam na interdepartamentalização.

Entre as áreas do saber que, de forma mais persistente, reclamaram e alcançaram a sua autonomização, surgem a Geografia, a Psicologia, a Linguística, os Estudos Anglo-americanos e os de Língua e Cultura Portuguesa.

A Geografia estava integrada inicialmente na secção de Ciências Histórico-geográficas, só se emancipando em 1930, através da criação de uma licenciatura que integrou no mesmo plano de formação cadeiras de ciências sociais e ciências naturais.²¹ Processo mais arrastado foi o da Psicologia. Apesar do âmbito do seu estudo e da especificidade das suas metodologias de investigação, o seu ensino era ministrado desde 1911 no grupo disciplinar de Filosofia e só no ano lectivo de 1975-1976, se assistiu à criação de uma licenciatura específica, consumando-se uma autonomização que havia décadas era reclamada. No início dos anos Oitenta assistiu-se à criação da Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação, que passou a integrar essa formação.²²

A introdução de cadeiras de Linguística surgiu com a reforma de 1957, integradas no plano de estudos da Filologia Românica. O seu rápido processo de autonomização, foi cimentado em 1974 quando esta área do conhecimento viu ser-lhe reconhecida dignidade departamental, através da cisão do anterior grupo de românicas.²³ No mesmo ano

²¹ Cf. SCHWALBACH, Luís, “As dificuldades de organização duma licenciatura em geografia”, *Revista da Faculdade de Letras*, tomo IV, n.ºs. 1 e 2, Lisboa, 1937, pp. 267-268.

²² Pelo Decreto-Lei 529/80, de 5 de Novembro. V. GAMA CAEIRO, F., “Da Filosofia na Faculdade...”, p. 22.

²³ LINDLEY CINTRA, Luís Filipe, “Para a História da Linguística na Faculdade de Letras de Lisboa. Entrevista por Isabel Hub Faria”, *Revista da Faculdade de Letras*, número especial (extra-série), Lisboa, 1983, p. 9-13.

reestruturou-se o curso de Filologia Germânica, separando-se os estudos Anglo-americanos dos Germanísticos.²⁴

Entre as missões que a legislação de 1911 atribuía às faculdades de letras, contavam-se: a divulgação cultural e científica, a cooperação internacional e a *propaganda patriótica*. Para a prossecução desses objectivos, em 1921 foram autorizadas a criar cursos de férias, vocacionados para a divulgação da língua e da cultura portuguesas. Iniciativas que só em 1935 tiveram início na Faculdade de Letras de Lisboa. Ao longo dos anos, esta oferta formativa foi adquirindo uma identidade própria. Mas, apesar da sua longa tradição, do elevado número de docentes e discentes envolvidos, estes cursos não constituíram, até meados da década de Oitenta do século XX, uma área específica de investigação e ensino; não surgiram para os suportar métodos e ou materiais didácticos específicos; não dispuseram de um corpo docente próprio, trabalhando os docentes à tarefa ou em acumulação.²⁵

Sentindo-se a necessidade de transformar o sector de ensino de português para estrangeiros numa área de investigação e ensino, com mais amplo suporte institucional, em 1983 o Conselho Científico da Faculdade submeteu ao Ministério da Educação um projecto de departamentalização do Curso de Português para Estrangeiros. Criado no ano seguinte, o Departamento de Língua e Cultura Portuguesa²⁶, inscrevia entre os seus objectivos: fomentar o desenvolvimento teórico e prático do ensino de português para estrangeiros e luso-descendentes; promover a investigação sobretudo em torno da língua portuguesa como segunda língua e língua estrangeira; realizar cursos de licenciatura em Português (como língua segunda e língua estrangeira); organizar cursos de pós-graduação e de leitores de língua portuguesa.²⁷

²⁴ MAY, Irmtraud, PINHEIRO DA COSTA, Maria Fernanda e MIRANDA JUSTO, José Manuel, “Relatório do Conselho Pedagógico e Científico do Departamento de Estudos Germanísticos sobre a reestruturação do curso nos anos lectivos de 74/75 e 75/76”, *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 1, 4.ª série, Lisboa, 1976-1977, pp. 693-700.

²⁵ Cf. [S.N.], “Curso de Língua e Cultura Portuguesa (para estrangeiros)”, *Revista da Faculdade de Letras*, número especial (extra-série), Lisboa, 1983, p. 186.

²⁶ Por Portaria N.º 511/84, de 26 de Julho.

²⁷ O Decreto n.º 7361, de 22 de Fevereiro de 1921, autorizou as Faculdades de Letras e de Ciências a criar cursos de férias. Só 1935 começaram Faculdade de Letras de Lisboa (autorizados pelo Decreto n.º 25742, de 14 de Agosto de 1935).

Revista

O primeiro tomo da *Revista da Faculdade de Letras* saiu do prelo em 1933. Ao longo de quarenta anos, publicaram-se três séries que não apresentam diferenças assinaláveis. Aberta a todas as áreas do saber professadas na Faculdade, este órgão de comunicação científica e universitária constituiu uma espécie de miscelânea, sem linhas editoriais vincadas, correspondendo cada volume a uma justaposição de materiais heterogéneos, que João Almeida Flor classificou como “singular amálgama de contornos difusos e sem identidade própria”²⁸.

Com um enorme desequilíbrio temático, prevaleceram os artigos de Filologia Românica e História. Incluiu numerosas recensões, notícias biográficas, homenagens a professores e alunos (textos profundamente adjectivados e sem espessura analítica). Surgiam ainda relatos dos principais acontecimentos decorridos na Faculdade e notícias da participação de professores em congressos no estrangeiro. Num caso e noutro foi comum a publicação dessas intervenções.

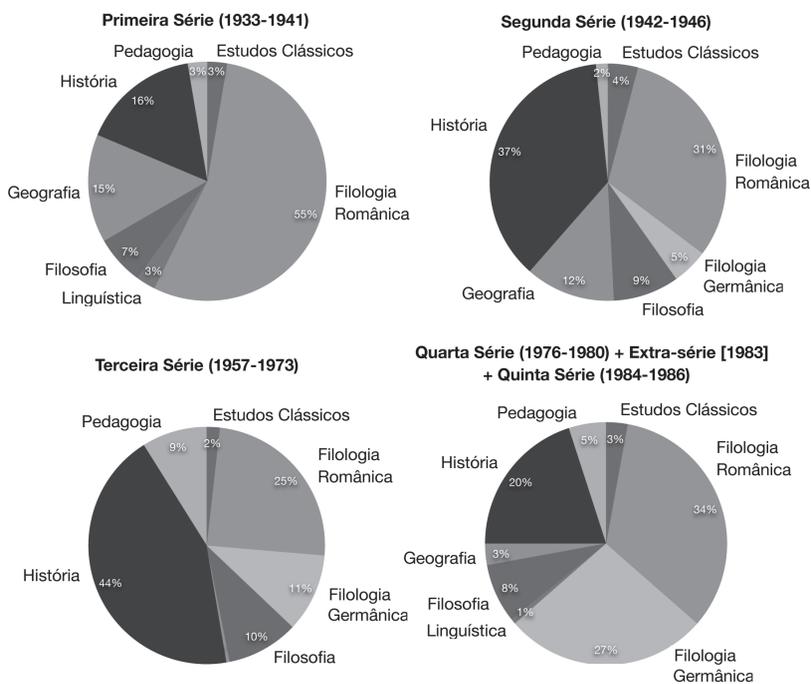
Depois de um período conturbado, no qual a instabilidade académica espelhou as tensões da transição para o regime democrático, iniciou-se a quarta série da *Revista* (1976-1980). A equipa redactorial, coordenada por António José Saraiva, expressou a intenção de rejeitar os artigos que não tivessem um carácter programaticamente científico.

No início dos anos sessenta realizaram-se Cursos de Férias em Angola, Moçambique e na Madeira - Cf. A.H.F.L.U.L., Livro das Actas do Conselho Escolar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa - 1957/10/31 - 1961/04/11, ff. 150-152, 182. Os Cursos anuais foram criados pelo Decreto 40.858, de 13 de Novembro de 1956. No ano lectivo de 1982-83, ambos os cursos, o Anual e o de Verão, passaram a estruturar-se em sete níveis, agrupados em ciclos. Cf. - [S.N.], “Curso de Língua e Cultura Portuguesa (para estrangeiros)”, *Revista da Faculdade de Letras*, número especial (extra-série), Lisboa, 1983, p. 187. Sobre os Cursos de Férias V. CIDADE, Hernani, “Prof. Doutor João da Silva Correia”, *Revista da Faculdade de Letras*, tomo V, n.ºs. 1 e 2, Lisboa, 1938, pp. 404-406. Por Portaria N.º 511/84, de 26 de Julho foi criado o Departamento. Entre os seus objectivos contava-se o desenvolvimento do ensino a estrangeiros e luso-descendentes; promover a investigação da língua portuguesa como segunda língua e língua estrangeira; realizar cursos de licenciatura em Português (como língua segunda e língua estrangeira); organizar cursos de leitores de língua portuguesa; organizar cursos de curta e média duração, destinados a estudantes estrangeiros.

²⁸ Cf. “Literatura em convergência”, *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 1, 5.ª série, Lisboa, 1984, p. 7.

Com algum sucesso, conseguiu preservar o periódico de improvisos ideologicamente inflamados. Procurou também evitar que se fizesse “tábua rasa” do espírito que animava a publicação, respeitando o legado, mas procurando, como então escreveu, que “o odre velho contivesse um vinho novo”²⁹.

A quinta série, iniciada em 1984, teve como esquema editorial a publicação de dois números anuais, pretendendo-se que um fosse tendencialmente orientado para as línguas e literaturas e outro para a História, Filosofia e Geografia. A *Revista* assumia então como desígnios ser porta-voz da Faculdade, contribuir para a promoção do saber e servir de canal de comunicação com outras escolas e publicações.³⁰



²⁹ SARAIVA, António José, et al., “Nota da Redacção”, *Revista da Faculdade de Letras*, nº 1, 4ª série, Lisboa, 1976-77.

³⁰ [S.N.], “No cinquentenário da Revista da Faculdade de Letras”, *Revista da Faculdade de Letras*, número especial (extra-série), Lisboa, 1983, p. 6.

No âmbito dos departamentos e centros de investigação foram surgindo publicações periódicas, tendo algumas alcançado uma sólida reputação. A coexistência pode ter contribuído para o enfraquecimento da *Revista da Faculdade de Letras*, pela drenagem dos trabalhos de maior relevância científica para essas publicações mais especializadas.³¹

Instalações

Durante cinco décadas, a Faculdade esteve alojada no velho Convento de Jesus, espaço emprestado pela Academia das Ciências. Instalações insuficientes e degradadas, às quais se acedia descendo uns escuros lanços de escada. Para além de um par de salas, eram utilizados dois claustros que se mandaram envidraçar, mas que mesmo assim não deixavam de ser verdadeiros corredores, húmidos e frios, com más condições acústicas.³² Foram ainda afectados ao funcionamento lectivo alguns espaços nos Museus Etnológico Português, de Arte Antiga, do Carmo e Arquivo Nacional da Torre do Tombo.³³

Inaugurado em 1958 o novo edifício, nas imediações do Campo Grande, ocupou a face Norte da Praça da Universidade. O crescimento do número de alunos levou a uma alteração do projecto original, ainda durante a execução da obra. Consistindo a principal transformação na ampliação das salas de aula, para que pudessem albergar turmas de cinquenta e não de trinta alunos, como inicialmente fora previsto.³⁴

³¹ ALMEIDA FLOR, João, “Literatura em convergência...”, 1984, p. 8.

³² Leite de Vasconcelos solicitou que se tomassem providências para diminuir o ruído feito pelos alunos nos corredores, que segundo ele o impediriam de leccionar as suas aulas. Cf. A.H.F.L.U.L., Livro das Actas do Curso Superior de Letras - 1908/10/09 - 1916/05/06 10 de Março de 1914 – fl. 52 e 52v.

³³ O Museu Etnológico Português no qual Leite de Vasconcelos assumia responsabilidades, estava então instalado nos Jerónimos, o Decreto que estabeleceu este vínculo foi datado de 16 de Agosto de 1913. Cf. [S.N.], “Faculdade de Letras”, *Anuário da Universidade de Lisboa. Ano lectivo 1915-1916*, PEREIRA MACHADO, António Joaquim (coord.), 2ª parte, Lisboa, 1917, p. 38. - O Museu Nacional de Arte Antiga foi anexado com o intuito de aí se realizarem aulas de Estética e História da Arte, por Decreto de 2 de Dezembro de 1914. No Arquivo Nacional da Torre do Tombo decorriam as aulas práticas de Paleografia.

³⁴ Cf. LEAL DE MATOS, Maria Vitalina, *et. al.*, “Os 75 anos da Faculdade de Letras”, *Revista da Faculdade de Letras*, N.º 6, 5ª Série, Lisboa, Dezembro de

Não obstante, o crescimento contínuo do efectivo discente fez com que, por ocasião da inauguração, a capacidade do edifício fosse inferior à população escolar. Uma década depois as condições de instalação eram assim descritas: “há alunos de pé, há outros sentados pelo estrado fora, há quem tire apontamentos nas situações mais incríveis, devido à falta de lugar sentado.”³⁵

O edifício foi sendo remodelado por sucessivas campanhas de obras. Para resolver a situação da exiguidade das instalações foram inauguradas salas de aula na cave. A estas instalações somava-se um conjunto abarracado de pavilhões pré-fabricados que se mantinham em funcionamento ainda no início do século XXI. A estes juntava-se um palacete em ruínas, junto da Alameda do Campo Grande, ao qual se anexavam mais pré-fabricados. Os espaços físicos, no seu crónico subdimensionamento e na sua inadequação funcional, revelaram-se sempre desajustados ao património simbólico da Faculdade, bem como, à prossecução dos seus objectivos científicos, pedagógicos e culturais.³⁶

Comunidade escolar

O quadro docente fixado em 1911, era constituído por professores ordinários extraordinários, contratados e assistentes. O processo de recrutamento dos últimos consistia na realização de concursos, aos quais se podiam candidatar apenas doutorados. O posterior acesso à categoria de professor extraordinário não dependia da realização de qualquer prova e era reservado aos assistentes que tivessem sido reconduzidos, por um período mínimo de cinco anos. O afunilamento

1986, pp. 160-164; NOBRE SANTOS, Délio, “Vida da Faculdade. Novo Edifício”, *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 3, 3ª série, Lisboa, 1959, p. 212. O mobiliário que foi colocado no edifício foi para ele especificamente desenhado. Marcado pela simplicidade do traço, robustez e sofisticação do aspecto plástico. Cf República Portuguesa, Ministério das Obras Públicas. Comissão Administrativa das Novas Instalações Universitárias, *O novo edifício da Faculdade de Letras na Cidade Universitária*, Lisboa, 1958, p. 15.

³⁵ [S.N.], “Em Letras onde há mais de 6000 alunos...”, *Tempo. Jornal Universitário de Informação*, n.º 11, Novembro de 1967, p. 6.

³⁶ Cf. ALMEIDA FLOR, João, “A intervenção das Letras...”, p. 7.

da carreira reforçava-se no acesso à categoria de professor ordinário, a que se acedia por diuturnidade.³⁷

Em 1916, Leite de Vasconcelos propôs a extinção da categoria de professor extraordinário, passando os docentes que se encontrassem nessa posição hierárquica à de ordinários³⁸, proposta rejeitada no Conselho da Faculdade viria, no entanto, a ser consagrada na reforma de 1918. Esta facilitou o acesso à docência, permitindo que se candidatassem a lugares de assistente, indivíduos não doutorados, desde que possuíssem currículo relevante. A reforma de 1930, repôs a situação, criando a categoria de professor auxiliar que, na prática, correspondia à anterior de extraordinário.

Até ao final da década de cinquenta o número de professores sofreu alterações muito ligeiras. Já a expansão do número de alunos foi constante, provocando uma acentuada desproporção. Assoberbados com obrigações académicas e administrativas, com uma pesada carga lectiva e dispersa por um grande número de cadeiras, muitos assistentes viam-se afastados da carreira por não conseguirem obter o doutoramento no prazo previsto. As consequências desta situação replicavam-se no recrutamento das categorias superiores.³⁹

³⁷ República Portuguesa. Ministério do Interior. Direcção Geral de Instrução Secundária, *Regulamento das Faculdades de Letras das Universidades de Lisboa e Coimbra. Decreto de 19 de Agosto de 1911*, Lisboa, 1911, pp. 36-38.

³⁸ Cf. A.H.F.L.U.L., Livro das Actas do Curso Superior de Letras - 1908/10/09 - 1916/05/06 - 4 de Março de 1916, fl. 91v, 92.

³⁹ SILVA CORREIA, João da, “Ensaio e notas. A reforma da Universidade”, Revista da Faculdade de Letras, tomo IV, n.ºs. 1 e 2, Lisboa, 1937, p. 254; MATOS ROMÃO, “Relatório da Direcção da Faculdade de Letras. Ano Escolar de 1949.1950”, sep. *Anuário da Universidade de Lisboa*, Lisboa, 1951, p. 7-9; LINDLEY CINTRA, Luís Filipe, “Reprovações - 1º ano: falam os professores”, *Tempo. Jornal Universitário de Informação*, n.º 4, Janeiro de 1966, p. 15; LEAL DE MATOS, Maria Vitalina, “Os 75 anos da Faculdade ...”, p. 160.; [S.N.], “Boom em Económicas e Letras. Revelam as estatísticas de educação”, *Tempo. Jornal Universitário de Informação*, n.º 7, Outubro-Novembro de 1966, pp. 12-14.; OLIVEIRA MARQUES, A. H., SARAIVA, António José e MAGALHÃES GODINHO, Vitorino, “A situação da Faculdade de Letras (Alguns aspectos)”, sep. *Ocidente*, Vol. LXXVIII, Lisboa, 1970, p. 209.



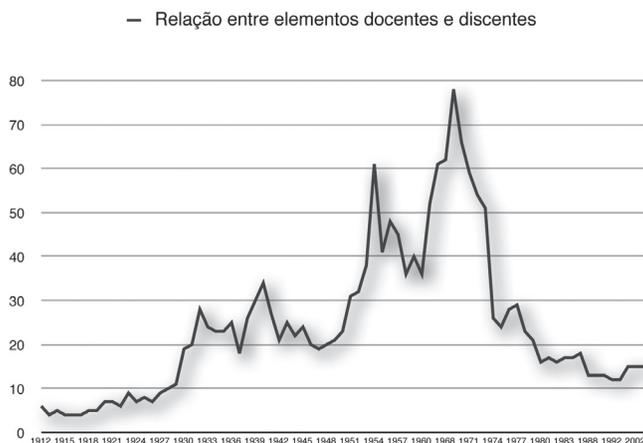
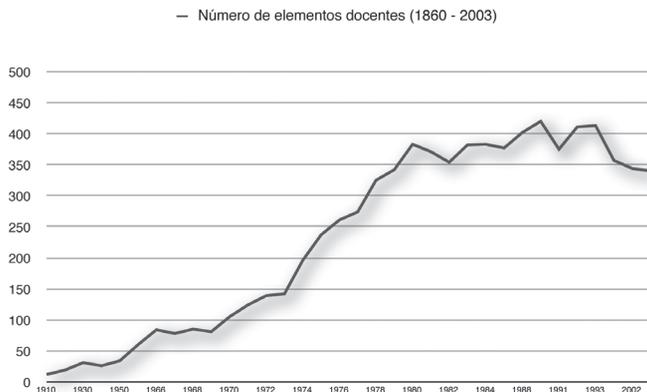
— Matriculei-me em Germânicas para tirar o Inglês e o Alemão sem mestre

“Professores de Inglês e Alemão precisam-se” - *Tempo. Jornal Universitário de Informação*, n.º 3, Novembro de 1965.

Nas décadas de sessenta e setenta o número de docentes mais do que triplicou. Situação que configurou uma reacção proporcional à multiplicação do número de alunos. Essa expansão, que se verificou também noutros estabelecimentos de ensino, acentuou a necessidade de se redefinir a regulamentação da carreira. Um novo quadro legal, aprovado em 1979, transmitindo a percepção de que nem todos os docentes que haviam sido recrutados estariam devidamente qualificados, impunha que o ingresso na carreira se passasse a fazer na categoria de assistente estagiário. Só com a realização de mestrado se acederia à categoria de assistente. Com a obtenção posterior do grau de Doutor ascendia-se a professor auxiliar. A estes era permitido o acesso ao concurso para professor associado. Acima ficaria apenas a categoria de catedrático.⁴⁰

Em situações de “interesse e necessidade inegáveis” poderiam ser contratados para o serviço docente indivíduos nacionais ou estrangeiros, cuja competência científica fosse reconhecida, apesar de não possuírem as habilitações requeridas. Estes seriam enquadrados nas categorias de leitor, assistente convidado ou professor convidado. Em 1985, a Faculdade regulamentou o acesso a estas categorias, para evitar os excessos, que faziam dessa uma via pouco escrutinada de

⁴⁰ Decreto Lei N.º 448/79, de 13 de Novembro de 1979, Diário da República, I série, N.º 262, de 13 de Novembro de 1979, p. 2899.



acesso à carreira. Aos professores e assistentes convidados foi então exigido que tivessem doutoramento ou o ultimassem.⁴¹

356

Verificou-se, desde sempre, a participação de docentes em eventos no estrangeiro, bem como a sua integração em redes internacionais de sociabilização científica, porém não é possível aferir a efectiva profundidade desta inclusão. Se, em termos nacionais, a relevância intelectual de muitos professores da Faculdade de Letras foi incon-

⁴¹ [S.N.], “Estatuto dos professores convidados” e “Estatuto do assistente convidado”, *Revista da Faculdade de Letras*, N.º 4, 5ª Série, Lisboa, Dezembro de 1985, pp. 149-152.



“Cátedra Vitalícia” - *Tempo. Jornal Universitário de Informação*, n.º 7, Outubro-Novembro de 1968.



“Reumatismo catedrático” - *Tempo. Jornal Universitário de Informação*, n.º 8, Dezembro-Janeiro de 1967, p. 2.

testável, alguns também atingiram projecção internacional, sendo convidados para academias científicas ou para apresentarem os seus trabalhos, fora do país.⁴² Frequente foi também a participação de cientistas e criadores estrangeiros em cursos, seminários, conferências e outros eventos promovidos pela Faculdade.⁴³

⁴² Pode referir-se José Leite de Vasconcelos que em Dezembro de 1920 foi aceite como sócio correspondente da Academia de Inscrições e Belas Letras de Paris. Cf. A.H.F.L.U.L., Livro das Actas do Conselho Escolar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa - 1916/06/24 - 1927/07/14, f.82v. Em 1916 foi premiado por esta academia, pelos trabalhos nos domínios da Arqueologia, na mesma ocasião o referido professor participou ao Conselho que havia sido convidado para fazer em Madrid uma série de conferências. A.H.F.L.U.L., Livro das Actas do Conselho Escolar da Faculdade de Letras - 1916/06/24 - 1927/07/14, 10 de Julho de 1916 - fl. 2v - 3. O Conselho congratulou-se com o facto de Orlando Ribeiro ter recebido do Governo francês a condecoração da legião de honra. - A.H.F.L.U.L., Livro das Actas do Conselho Escolar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa - 1957/10/31 - 1961/04/11, 17 de Abril de 1958, f.19.

⁴³ A título de exemplo conta-se a participação de Silva Teles logo, em 1911, no Congresso Universal de Raças que se realizou em Londres (Livro das Actas do Curso Superior de Letras - 1908/10/09 - 1916/05/06, 21 de Junho de 1911 - fl.28), cidade à qual se voltou a deslocar em missão de estudo, para a qual requereu o pagamento de ajudas de custo, tal como eram contempladas no art. 68 do Regulamento Universitário (Cf. A.H.F.L.U.L., Livro das Actas do Conselho Escolar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa - 1916/06/24 - 1927/07/14, f.79).

Em diversos períodos ocorreram processos de saneamento de docentes, nos quais questões de natureza política e ideológica se sobrepuseram a aspectos científico-pedagógicos. Durante a fase de consolidação do Estado Novo, foram demitidos funcionários que alegadamente estariam contra os princípios fundamentais da Constituição de 1933. Entre estes contou-se o professor de Filologia Rodrigues Lapa⁴⁴. Também após o 25 de Abril de 1974, se verificaram saneamentos por alegado comprometimento com o regime político deposto.⁴⁵

Os impérvios meios de acesso e progressão na carreira, foram frequentemente condicionados por motivações que estavam longe de ser estritamente académicas. Oliveira Marques, António José Saraiva e Magalhães Godinho afirmaram que muitos dos potenciais candidatos à docência seriam afastados por suspeitas políticas, ou por antipatias pessoais. Ainda segundo estes autores, configurando práticas nepóticas, os favoritos eram preparados desde o segundo ou terceiro ano do curso, fabricando-se-lhes classificações elevadas e promovendo-se-lhes o prestígio. Afirmaram, também, que as relações hierárquicas eram de tipo feudal, visto que ao ingressarem na carreira os assistentes mergulhariam num ambiente “de intriga e de competição” que era dominado pela “subserviência ao catedrático”⁴⁶.

A legislação que instituiu a Faculdade determinava a adopção de modelos pedagógicos marcados por actividades lectivas que valorizassem a dimensão prática. Sendo a frequência das aulas magistrais teóricas facultativa e obrigatória a presença nos trabalhos práticos e exercícios de investigação. Não era permitida a adopção de livros de

⁴⁴ Decreto-Lei n.º 25317, de 13 de Maio de 1935. RIBEIRO, Orlando “Cinquenta anos de vida científica e universitária”, *Revista da Faculdade de Letras*, N.º 6, 5ª Série, Lisboa, Dezembro de 1986, p. 17.

⁴⁵ Nesta ocasião a secção de História terá sido das mais afectadas com o afastamento de Borges de Macedo, Veríssimo Serrão e Borges Nunes. - VERÍSSIMO SERRÃO, Joaquim, “Os 75 anos da Faculdade de Letras”, *Revista da Faculdade de Letras*, N.º 6, 5ª Série, Lisboa, Dezembro de 1986, p. 178.

⁴⁶ OLIVEIRA MARQUES, A. H., SARAIVA, António José e MAGALHÃES GODINHO, Vitorino, “A situação da Faculdade de Letras...”, p. 216. Também Maria Vitalina de Matos referia a existência de práticas “feudais”. CERQUEIRA GONÇALVES, *et. al.*, “A interdisciplinaridade...” p. 154. Arnaldo António Pereira sublinhou esta ideia de existirem “relações de vassalagem pouco dignificantes” entre professores e assistentes - “Algumas notas...”, p. 95.

texto e os professores eram obrigados a fornecer aos alunos referências bibliográficas.⁴⁷

Orlando Ribeiro classificou o ensino que frequentou, enquanto aluno, como inteiramente teórico e verbal, limitando-se os professores a ditar apontamentos traduzidos de livros que ocultavam,⁴⁸ mas não é possível proceder a uma caracterização genérica dos métodos de ensino e relações pedagógicas. Em todos os períodos terão existido docentes apostados em desenvolver aulas práticas, procurando associar a transmissão à construção do conhecimento. Outros ter-se-ão limitado a *oficiar homilias* às quais os alunos assistiriam passivamente.

Quanto à relação entre professores e alunos, estas terão sido determinadas sobretudo pelas características psico-sociais dos docentes. Variando de indivíduo para indivíduo e em função das conjunturas, terão evoluído de um formalismo e distanciamento, mais ou menos acentuados, para uma maior proximidade. De forma geral terão sido pautadas pela correcção, no entanto, há curiosas excepções como a apresentada pelo professor Silva Teles ao Conselho Escolar em 1914. Segundo este, em virtude da conduta pouco correcta, de alguns alunos da Faculdade de Ciências, que frequentavam em Letras as cadeiras necessárias para a conclusão do curso de habilitação para o magistério secundário “poderia, porventura ver-se forçado ao emprego de processos violentos e, por isso, para prevenir um facto sob todos os pontos de vista desagradável” pedia que se tomassem providências. Também Queiroz Veloso afirmava que à atitude pouco correcta desses alunos se devia

⁴⁷ República Portuguesa. Ministério do Interior. Direcção Geral de Instrução Secundária, Superior e Especial, *Planos de Estudos das Faculdades de Letras das Universidades de Coimbra e Lisboa. Decreto, com força de Lei, de 9 de Maio de 1911 (Diário do Governo n.º 109, de 11 de Maio de 1911)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911, p. 3 e ss.

⁴⁸ Considerando serem de uma “nulidade desoladora” as aulas de Geografia e as de História de um “impudor total”, RIBEIRO, Orlando, “Introdução”, *Ensaios de Geografia Humana e Regional*, Lisboa, 1970. Anos mais tarde mitigou o juízo que fez dos docentes, elogiando até a bondade e o nível cultural do professor de História, Oliveira Ramos. Regozijou pelo facto de ter beneficiado ainda de alguns meses com Silva Teles, mas reiterou a opinião relativa ao ensino na secção de Geografia que classificou de medíocre e desolador *Id.*, “Cinquenta anos de vida científica e universitária”, *Revista da Faculdade de Letras*, N.º 6, 5ª Série, Lisboa, Dezembro de 1986, pp. 11-12.

aquilo que designou, sem outras explicações, “o primeiro dissabor da sua longa vida de professor”⁴⁹.

A ampliação do efectivo discente na Faculdade de Letras foi constante, até aos anos setenta. Porém, em 1974-1975 e 1975-1976 verificou-se um decréscimo significativo face ao período imediatamente anterior. Situação que decorreu de mudanças estruturais no sistema universitário português. Após a Revolução dos Cravos, em virtude da incapacidade para absorver a expansão do número de candidatos à Universidade, foi criado do Serviço Cívico Estudantil. Com uma evidente inspiração ideológica, durante dois anos, esta experiência consistiu numa série de acções junto de instituições ou populações carenciadas, desempenhadas por estudantes, entre o final do ensino secundário e o ingresso no ensino superior.⁵⁰

A população estudantil na Faculdade de Letras voltaria a crescer atingindo em 1977-1978 a cifra máxima de 8032 alunos. A partir dessa data decaiu gradualmente até finais da década de Oitenta. Para justificar esta tendência concorreram: a expansão da rede universitária; a fixação da escolaridade para o ingresso no ensino superior em doze anos e o



D. CARLOTA :

— Matriculei-me na Faculdade de
Letras, mas ainda não arranjei neveio :
não percebo porquê.

“D. Carlota” - *Tempo. Jornal Universitário de Informação*,
n.º 10, Abril-Maio de 1967.

⁴⁹ Livro das Actas do Curso Superior de Letras - 1908/10/09 - 1916/05/06, 17 de Março de 1914, fl. 53.

⁵⁰ Sobre o Serviço Cívico Estudantil V. OLIVEIRA, Luísa Tiago de, *Estudantes e Povo na Revolução. O Serviço Cívico Estudantil (1974-1977)*, Oeiras, 2004.

surgimento de mecanismos de selecção e seriação, com a introdução de *numerus clausus*.⁵¹

A massificação do ensino, o alegado baixo nível de preparação dos discentes e as insuficiências dos planos de estudos, motivaram diversos e contundentes lamentos. Nos anos oitenta Maria Vitalina de Matos afirmou que a Faculdade se tornara numa espécie de *liceu adiantado* no qual, mais do que licenciaturas, se confeririam *bacharelatos alargados*.⁵²

O crescimento do número absoluto de alunas e o seu peso relativo na população estudantil foi evidente. A Faculdade foi-se transformando numa escola na qual a população era maioritariamente constituída por mulheres, tendo o seu número ultrapassado definitivamente o dos homens em 1937. No final dos anos sessenta a taxa de feminização ultrapassava os 80%, realidade que valia ao estabelecimento a designação de “Gineceu das Letras”⁵³.

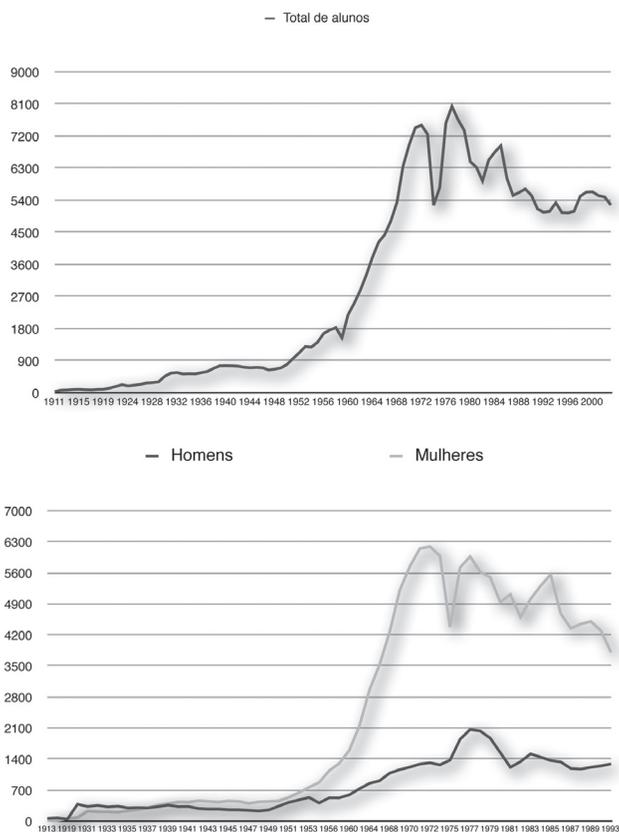
Associação de Estudantes

Após a criação da Universidade de Lisboa os alunos de Letras foram os primeiros a ter uma associação de estudantes. Na prática a sua criação consistiu na reconfiguração nominal da que fora criada pelos alunos do Curso Superior de Letras, em 1909. Durante a Primeira República esta estrutura beneficiou de condições de florescimento. No entanto, no decurso da Ditadura Militar e do Estado Novo, a sua

⁵¹ A Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa foi fundada pelo Decreto-lei n.º 463-A/77, de 10 de Novembro. Mais tarde, o surgimento de outros estabelecimentos de ensino superior públicos, privados e cooperativos, contribuiu para aliviar a pressão de um número cada vez maior de candidatos. A criação do décimo segundo ano foi consagrada pelo Decreto-Lei n.º 491/77, de 23 de Novembro e pela Lei n.º 33/78, de 22 de Junho. A introdução generalizada do *numerus clausus* no ensino superior português deu-se pelo Decreto-lei n.º 397/77, de 17 de Setembro.

⁵² CERQUEIRA GONÇALVES, “A interdisciplinaridade...”, p. 155.

⁵³ [S.N.], “Assalto ao gineceu das letras (hestória mediéfica)”, *Tempo. Jornal Universitário de Informação*, n.º 18, Dezembro de 1968, p. 16. João Morais Barbosa nesta mesma publicação afirmava “Letras não é profissão para chefes de família” - “Faculdade de Letras. De viveiro de intelectuais a escola do magistério secundário”, *Tempo. Jornal Universitário de Informação*, n.º 22, Abril de 1969, p. 16.



existência foi atribuída. Tal como outras, era considerada incómoda pelo Governo.⁵⁴ Numa época em que era tónica do regime dificultar a expressão de organizações potencialmente contestatárias, o movimento estudantil autónomo foi vendo erguerem-se-lhe obstáculos.

Agravando as dificuldades geradas pelos constrangimentos externos, partir do início da década de trinta, desinteligências no seio do corpo discente, originaram um longo período de crise. Existindo um elenco dirigente em funções, num autêntico golpe palaciano, foi criada uma associação dissidente, que veio a ser reconhecida pelo Governo Civil. A coexistência de duas organizações, com o mesmo nome, objectivos

⁵⁴ SALGADO ZENHA, F., SAMPAIO, Jorge e SANTOS, Jorge, *Universidade. Processo de uma expulsão disciplinar*, Lisboa, 1967, p. 16.

afins e a funcionar na mesma Faculdade, enfraqueceu-lhes a capacidade de intervenção.⁵⁵

A década de quarenta trouxe ao movimento associativo estudantil em Letras uma série de dirigentes de grande dinamismo como Constantino Varela Cid, José Hermano Saraiva, Joel Serrão e Lindley Cintra. Nesse período, foram publicados pela associação os periódicos: *Quinzena Literária* e *Horizonte*. Assistiu-se ainda à criação do Centro de Estudos Filosóficos da Associação Académica (1941), que tinha como principais dinamizadores Vitorino Magalhães Godinho e Délio Santos. No ano lectivo de 1948-1949, concorreram duas listas às eleições para os corpos gerentes, com a particularidade de incluírem ambas o nome de David Mourão-Ferreira, surgindo numa delas Esther de Lemos e na outra Maria Helena Teves Costa.

No ano lectivo 1950-1951 a Associação viu as suas actividades suspensas. Funcionando ao longo de duas décadas apenas uma Comissão Pró-Associação. No final dessa década, Orlando Ribeiro, então director da Faculdade, assinalou o recrudescimento do espírito associativo⁵⁶. Com efeito, em 1960, foi apresentada uma petição, na qual se solicitava autorização para a formalização e reinício das actividades da Associação.⁵⁷ Vivendo-se um período em que os alunos eram frequentemente considerados como recalcitrantes e perigosos agentes subversivos, essa pretensão foi recusada. Baldado o esforço, nem por isso se verificou uma desmobilização. Comprovando dinâmica, dois anos depois a Comissão⁵⁸ incitou os alunos a participarem na celebração do Dia do Estudante, iniciativa que havia sido proibida. Sem autorização, a 24 de Março de 1962, iniciaram-se as actividades que deviam prolongar-se por três dias. Mas a polícia de choque ocupou a Cidade Universitária. Alguns alunos e professores concentraram-se junto à Reitoria, solicitando uma justificação para acção policial. Entretanto estudantes que se encontravam no Estádio Universitário,

363

⁵⁵ V. RIBEIRO, Orlando, “Cinquenta anos de vida científica...”, pp. 15-16.

⁵⁶ A.H.F.L.U.L., Livro das Actas do Conselho Escolar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa - 1957/10/31 - 1961/04/11, p. 75.

⁵⁷ Cf. FERRO, João Pedro (org.), *A Primavera que abalou o regime. A crise académica de 1962*, Lisboa, 1996, pp. 64-65.

⁵⁸ Que tinha então como dirigentes José Gabriel Trindade Santos (presidente), José Medeiros Ferreira (vice-presidente), Teresa Amado, Maria Benedita Vassalo e Silva.

sofreram uma carga policial, sendo alguns deles presos. Igual sorte tiveram alunos e professores que se encontravam num restaurante no Campo Grande. No dia seguinte, o Reitor Marcello Caetano pediu a exoneração.

Os episódios descritos consubstanciam o extremar de posições, até então mais ou menos latentes, sobre as práticas e o sentido do ensino universitário. Porém, não podem deixar de ser vistos como manifestações de contornos ideológicos contra o regime. O recrudescimento da contestação estudantil, ao longo da década de sessenta em Portugal, acompanhou movimentos que, ainda que com motivações distintas, eclodiram em França, Espanha, Itália, Polónia, Alemanha e Checoslováquia.

Tentando o governo desarticular o movimento estudantil, banuiu os seus líderes, no contexto da “Crise Académica”, entre 1962 e 1963, nas duas universidades de Lisboa (Clássica e Técnica) meia centena de alunos foram expulsos. Nos dois anos que se seguiram, outros 53 alunos foram excluídos de todas as escolas nacionais por períodos de 3 meses a oito anos.⁵⁹ Só a democratização do país permitiria a normalização do movimento estudantil em Letras.

No panorama do teatro universitário português, pontuaram, desde da década de cinquenta, diversos grupos criados na Faculdade. Foi o caso do Círculo de Teatro da Faculdade de Letras. Do seu repertório fizeram parte, entre outras, peças de Eugène Ionesco, Thornton Wilder e da então aluna Fiama Hasse Pais Brandão⁶⁰. Como actores nelas participaram vultos das artes: Fernando Amado, Armando Cortez ou Luíza Neto Jorge. Extinto o Círculo, em 1962, num esforço para dar continuidade à criação teatral na Faculdade, em 1964, surgia o Grupo Cénico da Faculdade de Letras, que teve entre os seus principais animadores os professores Lindley Cintra e Claude Henri Frèche, mas também os alunos Manuel Gusmão, Gastão Cruz, Francisco Cirne,

⁵⁹ Cf. SALGADO ZENHA, F., SAMPAIO, Jorge e SANTOS, Jorge, *Universidade...*, pp. 7-8; PEREIRA, Vítor, “O exílio português na Suíça (1962-74)”, *Longo Curso. Estudos em homenagem a José Medeiros Ferreira*, coord. AIRES DE OLIVEIRA, Pedro e REZOLA, Maria, Lisboa, 2010, p. 313.

⁶⁰ ROSAS DA SILVA, Rui e MARTINS CARNEIRO, Luís, “Teatro. O Grupo Cénico de Letras (Lisboa) - Trabalho Universitário: Professor e alunos que amam teatro”, *Tempo. Jornal Universitário de Informação*, n.º 8, Dezembro-Janeiro de 1967, p. 20.

Luís Lima Barreto, Luís Miguel Cintra, João Camilo dos Santos, Jorge Silva Melo e Eduarda Dionísio.⁶¹ O Grupo de Teatro de Letras que mantém actividade regular filia-se nesta tradição.

Em Dezembro de 1974, sete alunos da Faculdade residentes no Algarve solicitaram que as aulas de dez cadeiras fossem dadas naquela região, assumindo o pagamento aos professores dos transportes, estadias e aulas. Na sequência dessa iniciativa foi criado o Centro de Apoio de Faro, cujas aulas tiveram início em Fevereiro de 1975. Ainda no decurso desse ano lectivo foram ministrados cursos de Românicas, Germânicas, História, Gestão de Empresas e Sociologia. Aquilo que fora uma iniciativa dos alunos de Letras, viria a beneficiar os da Faculdade de Direito e do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. O número de alunos foi crescendo, em 1976 eram já mais de 250, número que, dois anos depois, se aproximou dos 400. A dinâmica gerada revelou-se essencial para a subsequente criação da Universidade do Algarve, que a partir de 1984, foi progressivamente absorvendo o Centro.⁶² Por essa altura, uma estrutura semelhante estava em funções no Funchal.⁶³

Considerações finais

No decurso da Primeira República, a gestão da faculdade foi pautada, de forma geral, pela matriz demo-liberal que vigorou, durante essa conjuntura, nas instituições estatais. Durante o Estado Novo assistiu-se a um condicionamento sistemático, uma redução da autonomia, com uma

⁶¹ BARATA MOURA, José Adriano, “Crítica de Teatro. O encerramento da Quinzena de Cultura Teatral. Êxito do G.C.F.L.”, *Tempo. Jornal Universitário de Informação*, n.º 8, Dezembro-Janeiro de 1967, p. 21.

⁶² WILHELM, Eberhard Axel, “O Ensino Superior no Algarve. A história do Centro de Apoio em Faro e a luta por uma Universidade na costa sul de Portugal”, *Cadernos da Faculdade de Letras de Lisboa*, n.º 14, Lisboa, 1980. Sobre este assunto V. *Id.*, “Do Centro de Apoio em Faro à Universidade do Algarve”, *Revista da Faculdade de Letras*, tomo IV, n.º 2, Lisboa, 1978, pp. 557-583.; [S.N.], “Ano Académico de 1984/1985”, *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 4, 5ª série, Lisboa, Dezembro de 1985, p. 148.

⁶³ O Centro do Funchal foi regulamentado pelo Despacho Normativo N.º 182/83, de 7 de Setembro. A Universidade da Madeira viria a ser criada pelo Decreto-Lei no 319-A/88, de 13 de Setembro de 1988.

gestão altamente governamentalizada, hierarquicamente dependente e expressando as feições do regime. O modelo de gestão aprovado após Abril de 1974 regeu-se pelos princípios de representatividade, na constituição das estruturas directivas.

Os *curricula* estabelecidos pelas reformas da Faculdade de Letras parecem revelar a lenta diluição do paradigma epistemológico precedente. As mudanças que gradualmente se foram verificando resultaram essencialmente da emancipação de algumas áreas do saber, que adquiriram uma expressão institucional cada vez mais aprofundada. Hoje, reforça-se a evidência da impossibilidade de qualquer área do saber se isolar do conhecimento que se produz nas demais. Situação que revela novos objectos de estudo e suscita novas questões. Entre os desafios que à Faculdade se colocam surge a necessidade de se afirmar como zona franca, que contribua para a convergência e necessária interacção de todas áreas de conhecimento que a constituem.

Fontes e Bibliografia

Fontes

- [S.N.], «Crónica. Curso Superior de Letras», *A Revolução de Setembro*, n.º 5612, 16 de Janeiro de 1861, p. 1.
- [S.N.], «Crónica. Curso Superior de Letras», *A Revolução de Setembro*, n.º 5640, 21 de Fevereiro de 1861, p. 3.
- [S.N.], «Crónica. Curso Superior de Letras», *A Revolução de Setembro*, n.º 5665, 22 de Março de 1861, p. 3.
- [S.N.], «Crónica. Curso Superior de Letras», *A Revolução de Setembro*, n.º 5684, 13 de Abril de 1861, p. 2.
- [S.N.], “Regulamento para o Curso Superior de Letras”, *O Instituto. Jornal Científico e literário*, Vol. VIII, n.º 8, 15 de Julho de 1859, pp. 135-136.
- A.H.F.L.U.L. - Arquivo Histórico da Faculdade de Letras, *Livro de Registo de Correspondência*.
- A.N.T.T., *Colecção da legislação, regulamentos e ordens de execução acerca do Curso Superior de Letras*.
- ABREU, José Maria de, «Projecto de Lei. Apresentado às Cortes pelo senhor deputado Dr. José Maria de Abreu, na sessão de 18 de Abril de 1857», *O Instituto*, vol. VI, n.º 3, 1 de Maio de 1857.

- COELHO, F. Adolfo, “A Reforma do Curso Superior de Letras”, *Revista de Educação e Ensino*, vol. 4, n.º 11 e 12, Dezembro de 1889, pp. 513-538.
- Conselho Directivo, “Relatório do Conselho Directivo (Fevereiro de 1976 a Fevereiro de 1977)”, *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 1, 4ª série, Lisboa, 1976-1977, pp. 665-669.
- FERRO, João Pedro (org.), *A Primavera que abalou o regime. A crise académica de 1962*, Lisboa, Editorial Presença, 1996.
- LEAL DE MATOS, Maria Vitalina, GONÇALVES RODRIGUES, A. A., SARAIVA, António José, MEDEIROS, Carlos Alberto, LOBO, Carlos, GAMA CAEIRO, F., CASTRO TELLES, Maria Leonor, ROSADO FERNANDES, R. M., “Os 75 anos da Faculdade de Letras”, *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 6, 5ª Série, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Dezembro de 1986, pp. 159-184.
- MAY, Irmtraud, PINHEIRO DA COSTA, Maria Fernanda e MIRANDA JUSTO, José Manuel, “Relatório do Conselho Pedagógico e Científico do Departamento de Estudos Germanísticos sobre a reestruturação do curso nos anos lectivos de 74/75 e 75/76”, *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 1, 4ª série, Lisboa, 1976-1977, pp. 693-700.
- MATOS ROMÃO, “Alguns aspectos da evolução dos estudos filosóficos na Faculdade de Letras de Lisboa”, *Revista da Faculdade de Letras*, tomo 8, n.ºs 1-2, 2ª série, Lisboa, 1942.
- MATOS ROMÃO, “Relatório da Direcção da Faculdade de Letras. Ano Escolar de 1949.1950”, sep. *Anuário da Universidade de Lisboa*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1951, pp. 5-26.
- Ministério das Obras Públicas. Comissão Administrativa das Novas Instalações Universitárias, *O novo edifício da Faculdade de Letras na Cidade Universitária*, Lisboa, Comissão Administrativa das Novas Instalações Universitárias, 1958.
- PATO, Bulhão, *Sob os Ciprestes. Vida íntima de homens ilustres*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1986.
- D. Pedro V, *Escritos de El-Rei D. Pedro V. Coligidos e publicados pela Academia das Ciências de Lisboa*, Coimbra, 1930.
- VERÍSSIMO SERRÃO, Joaquim e NOBRE SANTOS, Délio, *Missão da Faculdade de Letras. Tradição e Progresso, Renovação e Continuidade*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1974.

- WILHELM, Eberhard Axel, “O Ensino Superior no Algarve. A história do Centro de Apoio em Faro e a luta por uma Universidade na costa sul de Portugal”, *Cadernos da Faculdade de Letras de Lisboa*, n.º 14, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1980.
- WILHELM, Eberhard Axel, “Do Centro de Apoio em Faro à Universidade do Algarve”, *Revista da Faculdade de Letras*, tomo IV, n.º 2, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1978, pp. 557-583.
- SALGADO ZENHA, F., SAMPAIO, Jorge e SANTOS, Jorge, *Universidade. Processo de uma expulsão disciplinar*, Lisboa, [S.N.], 1967.

Bibliografia

- AAVV, *A Universidade Portuguesa em debate. Seminário sobre problemas do Ensino Superior*, Lisboa, Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, 1980.
- AGUILAR, Manuel Busquets de, *O Curso Superior de Letras (1858-1911)*, Lisboa, [S.N.], 1939.
- ALMEIDA FLOR, João, “A intervenção das Letras”. MIRA MATEUS, Maria Helena, RIBEIRO DOS SANTOS, Leonel e LEAL FARIA, Luísa (coord. de), *A Faculdade de Letras em debate. Assembleia Magna dos Docentes* Lisboa, Lisboa, Edições Colibri, 1999, pp. 7-10.
- ALMEIDA FLOR, João, “Editorial-Estudo”, *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 1, 5ª série, Lisboa, Abril de 1984.
- ALMEIDA FLOR, João, “Literatura em convergência”, *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 1, 5ª série, Lisboa, 1984, p. 8.
- AMARAL, Ilídio do, “Que Faculdade? Que Universidade? (A propósito do novo ‘figurino’ da *Revista da Faculdade de Letras*)”, *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 2, 5ª série, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Dezembro de 1984, pp. 7-15.
- AMARAL, Ilídio do, “Geógrafos e Geografia na Faculdade de Letras Lisboa”, *Revista da Faculdade de Letras*, número especial (extra-série), Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1983, pp. 68-82.
- AVELÃS NUNES, João Paulo, *A História Económica e Social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 1911-1974*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1995.

- BARATA MOURA, José Adriano, “Crítica de Teatro. O encerramento da Quinzena de Cultura Teatral. Êxito do G.C.F.L.”, *Tempo. Jornal Universitário de Informação*, n.º 8, Dezembro-Janeiro de 1967, p. 21.
- BORGES NUNES, Eduardo, MEDINA, João e BARRETO, Luís Filipe (redactor do texto), “Criação e comunicação do conhecimento histórico na Faculdade de Letras de Lisboa”, *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 4 - 5ª série, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Dezembro de 1985, pp. 7-10.
- BOURDIEU, Pierre, *Os usos sociais da ciência. Por uma sociologia clínica do campo científico*, São Paulo, Fundação da Editora UNESP (FEU), 2003.
- CAEIRO, Olívio, “Génese, evolução e actual conjuntura dos estudos germanísticos na Faculdade de Letras de Lisboa”, *Revista da Faculdade de Letras*, número especial (extra-série), Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1983, pp. 53-65.
- CERQUEIRA GONÇALVES, Mendes Victor, MATOS, M. Vitalina de, BARATA-MOURA, J., HUB FARIA, Isabel, BARRETO, Luís, “A interdisciplinaridade. Mesa Redonda”, *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 2, 5ª série, Lisboa, Dezembro de 1984, p. 153.
- CIDADE, Hernani, “Prof. Doutor João da Silva Correia”, *Revista da Faculdade de Letras*, tomo V, n.ºs 1 e 2, Lisboa, 1938, pp. 404-406.
- Conselho Directivo, “Nota Prévia”, *Cadernos da Faculdade de Letras*, n.º 1, Lisboa, Faculdade de Letras, 1978, p. 1.
- COLAÇO, Jorge, “Um estranho lugar”, *Campo Grande*, n.º 1, Lisboa, Associação de Estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa, Junho de 1984, pp. 29-30.
- CORDEIRO, Alda, “Julgamento de um curso pelos seus finalistas: Germânicas”, *Tempo. Jornal Universitário de Informação*, n.º 16, Abril de 1968, pp. 20-21.
- COUVANEIRO, João, “Integração socioprofissional dos alunos do Curso Superior de Letras (1859-1911)” (Comunicação no XXIX Encontro da Associação de História Económica e Social - http://web.lettras.up.pt/aphes29/data/12th/JoaoCouvaneiro_Texto.pdf)
- CRUZEIRO, Maria Eduarda, “A reforma pombalina na história da Universidade”, *Análise Social*, vol. XXIV (100), 1988.
- DERRIDA, Jacques, *A Universidade sem condição*, Coimbra, Angelus Novus, 2003.

- FERREIRAGOMES, Joaquim, *Estudos para a História da Universidade de Coimbra*, Coimbra, [Edição de Autor], 1991.
- FIGUEIREDO, Lúcia F., “Germânicas: Que farão todas as germanistas depois de acabarem o curso?”, *Tempo. Jornal Universitário de Informação*, n.º 9, Fevereiro-Março de 1967, p. 9.
- GAMA CAEIRO, F. da, “Da Filosofia na Faculdade de Letras de Lisboa”, *Revista da Faculdade de Letras*, número especial (extra-série), Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1983, pp. 16-43.
- GASPAR, Jorge, “Variante de Geografia e Planeamento Regional e Local, da Licenciatura em Geografia”, *Revista da Faculdade de Letras*, 5ª Série, n.º 3, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1985, pp. 219-223.
- HUB FARIA, Isabel, “Trabalho individual e instituição”, *A Faculdade de Letras em debate. Assembleia Magna dos Docentes*, coord. de Maria Helena Mira Mateus, Leonel Ribeiro dos Santos e Luísa Leal Faria, Lisboa, Edições Colibri, 1999, pp. 103-106.
- LAKATOS, Imre, *História da Ciência e sua reconstruções racionais. E outros ensaios*, Lisboa, Edições 70, [1998].
- LINDLEY CINTRA, Luís Filipe, “Para a História da Linguística na Faculdade de Letras de Lisboa. Entrevista por por Isabel Hub Faria”, *Revista da Faculdade de Letras*, número especial (extra-série), Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1983, pp. 9-15.
- LINDLEY CINTRA, Luís Filipe, “Reprovações - 1.º ano: falam os professores”, *Tempo. Jornal Universitário de Informação*, n.º 4, Janeiro de 1966, p. 15.
- Lista A, *Lista A. Candidata ao Conselho Directivo da Faculdade de letras de Lisboa. 1975*, [Lisboa], S.N., 1975.
- MARTINS, Maria João, “António Nóvoa. Uma herança cidadã”, *Jornal de Letras. JL Educação*, n.º 1651, Ano XXX, 12 a 25 de Janeiro de 2011, pp. 1-4.
- MIRA MATEUS, Maria Helena, “As Faculdades de Letras e a Formação de Professores - Tópicos para um debate”, *A Universidade Portuguesa em debate. Seminário sobre problemas do Ensino Superior*, Lisboa, Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, 1980, p. 177.

- MORAIS BARBOSA, João, “Faculdade de Letras. De viveiro de intelectuais a escola do magistério secundário”, *Tempo. Jornal Universitário de Informação*, n.º 22, Abril de 1969, pp. 15-16.
- MORAIS BARBOSA, João “Uma Reforma à espera de reforma”, *Tempo. Jornal Universitário de Informação*, n.º 17, Novembro de 1968, p. 8.
- MOREIRA DE SÁ, A., “Nótula sobre as dissertações de Psicologia apresentadas nos últimos 20 anos na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa”, *Revista da Faculdade de Letras*, tomo III, n.º 14, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1937, pp. 49-53.
- NEMÉSIO, Vitorino, “Ensinar é dialogar”, *Tempo. Jornal Universitário de Informação*, n.º 16, Abril de 1968, p. 19.
- NEMÉSIO, Vitorino, “Última Lição”, *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 13, 3ª série, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971, pp. XVII-XLI.
- NOBRE SANTOS, Délio, “Vida da Faculdade. Novo Edifício”, *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 3, 3ª série, Lisboa, 1959.
- OLIVEIRA, Luísa Tiago de, *Estudantes e Povo na Revolução. O Serviço Cívico Estudantil (1974-1977)*, Oeiras, Celta Editora, 2004.
- OLIVEIRA BARATA, João “Problemas concretos resultantes da Reforma”, *Tempo. Jornal Universitário de Informação*, n.º 17, Novembro de 1968, p. 8.
- OLIVEIRA MARQUES A. H. de, «Notícia Histórica da Faculdade de Letras (1911-1961)», sep. de *Ocidente*, Lisboa, 1970.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H., SARAIVA, António José e MAGALHÃES GODINHO, Vitorino, “A situação da Faculdade de Letras (Alguns aspectos)”, sep. *Ocidente*, Vol. LXXVIII, Lisboa, 1970, pp. 209-219.
- PEREIRA, Arnaldo António, “Algumas notas sobre a reestruturação das Faculdades de Letras”, *A Universidade Portuguesa em debate. Seminário sobre problemas do Ensino Superior*, Lisboa, Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, 1980.
- PEREIRA, Vítor, “O exílio português na Suíça (1962-74)”, *Longo Curso. Estudos em homenagem a José Medeiros Ferreira*, coord. AIRES DE OLIVEIRA, Pedro e REZOLA, Maria, Lisboa, Tinta da China, 2010, pp. 305-329.

- PIRES, M. Lucília, et. al., “A Faculdade de Letras e a formação de professores”, *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 5, 5ª série, Lisboa, Abril de 1986, pp. 147-164.
- PRADO COELHO, Jacinto e BELCHIOR, Maria de Lourdes, “A Evolução dos Estudos Literários na secção de Filologia Românica”, *Revista da Faculdade de Letras*”, *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 1, 5ª série, Lisboa, Abril de 1984, pp. 15-23.
- PRISTA, Luís, «Pessoa e o Curso Superior de Letras», *Memória dos Afectos – Homenagem da Cultura Portuguesa ao Prof. Giuseppe Tavani*, Lisboa, Edições Colibri, 2001.
- PRISTA, Luís, «Como eram as aulas dos primeiros professores universitários de Literatura», *Incidências*, n.º 1, Lisboa, Instituto de Estudos Portugueses. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa, 1999, pp. 123-157.
- RIBEIRO, Orlando, “Cinquenta anos de vida científica e universitária”, *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 6, 5ª Série, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Dezembro de 1986, pp. 11-20.
- RIBEIRO, Orlando, *Ensaios de Geografia Humana e Regional*, Lisboa, Sá da Costa, 1970.
- ROSAS DA SILVA, Rui e MARTINS CARNEIRO, Luís, “Teatro. O Grupo Cénico de Letras (Lisboa) - Trabalho Universitário: Professor e alunos que amam teatro”, *Tempo. Jornal Universitário de Informação*, n.º 8, Dezembro-Janeiro de 1967, p. 20.
- SARAIVA, António José, et al., “Nota da Redacção”, *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 1, IV série, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1976-77, [sem números de página].
- SCHWALBACH, Luís, “As dificuldades de organização duma licenciatura em geografia”, *Revista da Faculdade de Letras*, tomo IV, n.ºs 1 e 2, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1937, pp. 263-271.
- SÉRGIO, António, “Breves anotações pedagógicas à última reforma de instrução secundária”, *Pela Grei*, n.º 6, 1919, pp. 209-309.
- SÉRGIO, António, “A escola portuguesa, órgão parasitário; necessidade da sua reforma sob a ideia directriz do trabalho produtivo”, *Pela Grei*, n.º 3-4, 1918, pp. 169-178.
- SILVA CORREIA, João da, “Ensaios e notas. A reforma da Universidade”, *Revista da Faculdade de Letras*, tomo IV, n.ºs 1 e 2, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1937, pp. 253-258.

- WALLERSTEIN, Immanuel, *et. al.*, *Para Abrir as Ciências Sociais. Relatório da Comissão Gulbenkian sobre a Reestruturação das Ciências Sociais*, Mem-martins, Europa-América, 1996.
- [S.N.], “Ano Académico de 1984/1985”, *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 4, 5ª série, Lisboa, Dezembro de 1985, pp. 147-156.
- [S.N.], “Assalto ao gineceu das letras (hestória [sic] mediéfica)”, *Tempo. Jornal Universitário de Informação*, n.º 18, Dezembro de 1968, p. 16.
- [S.N.], “Boom em Económicas e Letras. Revelam as estatísticas de educação”, *Tempo. Jornal Universitário de Informação*, n.º 7, Outubro-Novembro de 1966, pp. 12-14.
- [S.N.], “Centro de História da Universidade de Lisboa”, *Revista da Faculdade de Letras*, número especial (extra-série), Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1983, p. 191.
- [S.N.], “Congressos. I Congresso Nacional de Arqueologia em homenagem à memória de J. Leite de Vasconcelos”, *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 3, 3ª série, Lisboa, 1959, pp. 219-220.
- [S.N.], “Criação de institutos de Investigação científica”, *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 3, 3ª série, Lisboa, 1959, pp. 219.
- [S.N.], “Curso de mestrado”, *Revista da Faculdade de Letras*, número especial (extra-série), Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1983, p. 181.
- [S.N.], “Curso de Língua e Cultura Portuguesa (para estrangeiros)”, *Revista da Faculdade de Letras*, número especial (extra-série), Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1983, pp. 186-190.
- [S.N.], “Em Letras onde há mais de 6000 alunos...”, *Tempo. Jornal Universitário de Informação*, n.º 11, Novembro de 1967, p. 6.
- [S.N.], “Faculdade de Letras de Lisboa. Será verdade que vai haver uma Comissão Pró-Associação dentro em breve?”, *Tempo. Jornal Universitário de Informação*, n.º 13, Janeiro de 1968, p. 5.
- [S.N.], “Nota do mês. A cátedra perpétua”, *Tempo. Jornal Universitário de Informação*, n.º 15, Março de 1968, p. 1.
- [S.N.], “Faculdade de Letras”, *Anuário da Universidade de Lisboa. Ano lectivo 1915-1916*, PEREIRA MACHADO, António Joaquim (coord.), 2ª parte, Lisboa, Imprensa Ferin, 1917, pp. 22-44.
- [S.N.], “Dossiê Germânicas”, *Tempo. Jornal Universitário de Informação*, n.º 25, Janeiro de 1970, p. 15.

[S.N.], “No cinquentenário da Revista da Faculdade de Letras”, *Revista da Faculdade de Letras*, número especial (extra-série), Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1983, p. 6.

[S.N.], “Vida da Faculdade. Novo Edifício”, *Revista da Faculdade de Letras*, n.º 3, 3ª série, Lisboa, 1959, pp. 211-218.